



35º Encontro Anual da Anpocs

GT22 – Migrações internacionais: interações entre estados, poderes e agentes

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES DE PERIFERIAS DE BELÉM: RETORNO, TRANSNACIONALIDADE E IDENTIDADE¹

Marcel Theodoor Hazeu²

¹ Artigo é parte da minha dissertação “Migração internacional de mulheres na periferia de Belém” (HAZEU, 2011)

² Doutorando em desenvolvimento sustentável do trópico úmido/UFPa/Naea, bolsista do CNPq

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES DE PERIFERIAS DE BELÉM: RETORNO, TRANSNACIONALIDADE E IDENTIDADE

A migração contemporânea de mulheres das periferias da cidade de Belém para Europa e países vizinhos se insere numa tendência mundial de feminização da migração envolvendo mulheres oriundas de classes populares, mas assume características específicas devido a relação direta com a constituição dinâmica das periferias urbanas na Amazônia, da produção das identidades de seus habitantes, e da formação das redes migratórias.

Em 2010 foram entrevistadas 32 pessoas de 27 famílias de mulheres migrantes em duas áreas periféricas de Belém, como parte da produção de dissertação sobre a migração feminina internacional em Belém do Pará (HAZEU, 2011). Dialogando com teorias de migração (SAYAD, 1998; 2000; LEVITT, 2010; PEIXOTO, 2004), de territorialização (HAESBAERT 2004; 2005) e de estudos culturais (HALL, 1993; 2000; 2009; CANCLINI, 1997; 2007), este artigo apresenta uma discussão sobre as configurações particulares desta migração que aponta para novos olhares sobre as periferias, identidades, explicações e compreensões referente à migração.

Belém do Pará, uma metrópole na Amazônia, onde rios, floresta, edifícios e aglomerados de casas disputam o espaço, na qual os últimos parecem vencer. Chegando de avião de qualquer lugar do Brasil ou de países vizinhos, a cidade parece se erguer de repente de um mar verde, cercada por imensos rios que recortam esta paisagem. Uma vez em terra, o que domina é asfalto, carros, prédios, casas e em vez da cor verde a cor cinza. Milhões de pessoas moram nesta cidade cinza que, apesar de conectada através das atividades econômicas e laços familiares com a floresta e os rios, vive cada vez mais uma realidade urbana, moderna, pós-moderna, desenraizada da sua história interiorana.

A Amazônia, geralmente, é caracterizada pela floresta, riquezas minerais, hídricas e naturais, povos indígenas, conflitos agrários e urbanos e certa selvageria política, com uma população numericamente irrelevante num país de 190 milhões. Esta visão parece justificar as políticas de investimento na região

que pouco consideram a população local e visam uma integração econômica (capitalista e estatal) com o país e com a região pan-amazônica.

Em consequência destas políticas e falta de outras, grandes contingentes de pessoas têm se deslocado para e dentro da região, como nômades ou estrangeiros em seu próprio país, pois são desconsiderados pelo poder público ou por ele reprimidos.

No início do século XXI esta situação chamou a atenção do governo nacional e da comunidade internacional devida às denúncias e evidências de tráfico de mulheres dentro e para fora da região, apresentadas numa pesquisa nacional sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual (LEAL, M; LEAL, F., 2002). Esta forma específica de migração, pois caracterizada pela presença de crime organizado, encaixou-se novamente na ideia sobre a Amazônia como selvagem e sobre as mulheres desta região como mais liberais (também selvagens?) em termos de sexualidade.

Esta ênfase no tráfico de pessoas implicou em políticas públicas, representações sociais e teorizações sobre migração, mulheres que migram, as comunidades de onde vêm e sobre a própria cidade. Belém se caracterizaria como território de tráfico de mulheres e as mulheres migrantes seriam primariamente vítimas de tráfico.

Precisou-se de um olhar um pouco menos direcionado para entender que a expressiva migração de mulheres de Belém não poderia ser encaixada dentro de estereótipos que se construiu em torno do mesmo e que era necessário investigar as diferentes dinâmicas de migração feminina e dar voz para as mulheres migrantes sobre suas trajetórias. Indicadores para esta pressuposição vieram de:

1. Trabalho de campo realizado para a pesquisa nacional sobre tráfico com mulheres nas periferias de Belém (nas quais o autor deste artigo participou);
2. Presença de mulheres de Belém nas comunidades de Orkut de brasileiros no exterior;
3. Número expressivo de expedição de passaportes na cidade de Belém para pessoas de periferias de Belém;

4. Observações sobre a presença expressiva de famílias com familiares no exterior, feitas pela organização não governamental Sodireitos³ durante seu trabalho de prevenção à violação de direitos sexuais e migratórios nos bairros de periferia de Belém;

5. Convivência, deste autor, diária com famílias de mulheres migrantes num dos maiores bairros de periferia de Belém.

A presença significativa de migração internacional de mulheres de Belém levou, portanto, a outras perguntas que começaram a se contrapor à leitura única desta migração como tráfico de mulheres e colocá-la como parte integrante do processo de produção de identidades e de espaços urbanos

A existência de mulheres que migram de várias partes das periferias de Belém para o exterior precisa ser abordada a partir de sua configuração complexa, recolocando-a de tal forma que possa revelar seu papel na produção da cidade, das relações sociais e das identidades para que tanto as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas não fragilizem a posição da mulher na periferia e na migração, quanto reconheçam a migração internacional de mulheres como fator de relevância para pensar a cidade e sua população, principalmente aquela que mora em sua periferia.

A ausência física no lugar de origem da mulher que migrou e, ao mesmo tempo, sua presença virtual e imaginária se tornou o elo da migração internacional de mulheres estudada.

Estudos sobre migração internacional brasileira têm priorizado a imigração histórica no país no fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX (SEYFERTH, 2001; BASSANEZI, 1995; EMMI, 2008) e mais recentemente sobre a imigração de brasileiros nos Estados Unidos e na Europa. Além de leituras recentes que destacam o tráfico de mulheres como foco para abordar a migração feminina, há um recorte, uma atenção específica para “o problema” da imigração de brasileiros para a Europa e os Estados Unidos o que tem, segundo Sayad (1998, p. 16), algeriano e estudioso da migração internacional, claras raízes ideológicas:

³ A Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos) atua em Belém para a garantia dos direitos migratórios e sexuais, através de pesquisa, assistência, prevenção e incidência política. Sítio: www.sodireitos.org.br

De fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ela se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento. Esta é outra versão do etnocentrismo: só se conhece o que se tem interesse em conhecer.

A realidade da origem dos imigrantes é invisibilizada, e conseqüentemente também as relações que existem entre o lugar de origem e o lugar de destino, as transformações que se processam nos dois lugares pela conexão que a migração de um ou vários de seus membros provocam.

Estudos recentes no Brasil que relacionam imigração com emigração tiveram como foco o município de Governador Valadares, estado de Minas Gerais (SIQUEIRA, 2006a, 2006b; SOARES, 1995, 2003; FUSCO, 2000, 2001) donde saíram e saem contingentes de migrantes para os Estados Unidos, como um caso exemplar ou excêntrico, dependendo do ponto de vista.

Outros estudos sobre imigração brasileira em Portugal, Espanha ou Itália abordam algumas relações com a origem (PISCITELLI, 2008; RIPOLL, 2008; MACHADO, 2007) e o tráfico de mulheres, a partir de pesquisas de campo nos países de destino. A origem, em muitos casos, configura geralmente como um lugar ermo, sem muita história, ou se referem às relações sociais complexas e dinâmicas próprias antes, durante e depois da migração, como cenário (de vulnerabilidades) para discutir a imigração. Saber mais do lugar chamado “origem” como território de migração, suas mudanças, nova forma de organização, as pessoas que ficam, a ausência de quem migra ou a inserção na rede migratória pode enriquecer a compreensão da migração internacional de mulheres.

O recorte de classe é muito importante pelas grandes diferenças que se constituem tanto no lugar de origem, quanto nos processos migratórios e no lugar de destino, diretamente vinculadas às lógicas de exploração do mundo capitalista. Apesar de que sua nacionalidade única (brasileira) apresenta e implica em algumas experiências e fatores que influenciam na produção de identidades em comum, as diferenças em termos de redes sociais, mercado de

trabalho, produção de identidade e relação com o lugar de origem devem ser consideradas, como mostra, por exemplo, Machado (2007) quando se refere às diferenças de classe na produção de identidade entre imigrantes brasileiros em Portugal.

As periferias das grandes cidades brasileiras são um exemplo de lugares de origem de mulheres de classes populares que migraram e migram. Estas têm se tornado nos discursos lugares caracterizados pela violência e habitados por uma população subalterna, espaços definidos mais pela falta de serviços públicos e direitos humanos do que pela complexa interação de seus moradores com a sociedade local, regional e global. A segregação espacial e social, produtos de processos históricos não-lineares, passaram no final do século XX e início de século XXI por novas fases que contribuíram para a produção de identidades coletivas e individuais atuais dos habitantes das periferias.

Esta produção de identidades e espaços - pois é na interação com o espaço que se constroem identidades e transformam o mesmo - precisa ser compreendida na sua complexa interação entre o local e o global, nas marcas da (pós)modernidade e da reorganização da divisão internacional de trabalho no sistema capitalista mundial. A migração pode revelar processos de des-territorialização, de desestruturação e reestruturação, de exploração e resistência nas periferias urbanas específicas e, ao mesmo tempo, nos espaços conectados através dela.

A migração não pode ser descrita como um processo linear, de um lugar (origem) para outro (destino), mas como processo que assume configurações complexas de cadeias, processos circulares, vivências paralelas em vários lugares alternados, sem destinos definitivos (o lugar de origem pode se tornar um lugar de destino e o que foi destino se tornar origem). Neste trabalho se define o lugar de origem como aquele espaço de onde saiu originariamente a migrante para ir ao exterior, para outro país. O lugar de destino é para onde se deslocou no exterior, onde se tornou efetivamente um imigrante, uma vez que ultrapassou a fronteira de um outro país. Estas definições não encerram por si mesmas a complexa dinâmica migratória, mas denunciam onde a pessoa é considerada “do lugar”, nativo, nacional e onde ela é vista como “de fora”, estrangeiro, não-nacional.

Estudar a migração significa, portanto, trazer para o centro das análises a pessoa do migrante, o sujeito que carrega o processo de mudanças na sua própria trajetória e que articula na prática o local e o global. Sua transformação ajuda a entender mudanças nas comunidades de origem e destino que se materializam na produção de novos espaços e novas identidades. Não é um processo sem consequências. Migrantes pagam “altos preços” por sua participação ativa, questionando com sua presença numa outra realidade, numa outra nação, e com sua ausência na nação e lugar de origem, a ordem estabelecida, os valores hegemônicos e as “verdades dominantes”. Sayad (1998, p. 274) enfatiza que:

Não se emigra (cortando os laços com seu universo social, econômico, cultural, habitual) e não se imigra (não se agrega a outro sistema social) impunemente (i.e. sem consequências). [...] O imigrante põe em “risco” a ordem nacional, forçando a pensar o que é impensável, a pensar o que não deve ser pensado ou o que não deve ser pensado para poder existir.

Os estudos sobre migrantes também revelam e questionam a organização social local e sua importância nos processos globais, pois migrantes são seres sociais cujas trajetórias articulam processos aparentemente isolados e que questionam leituras deterministas da realidade.

O uso da categoria “migrantes” neste artigo inclui uma grande multiplicidade de processos e pessoas que vivem deslocamentos e mudanças de residência (temporária ou permanente). Alguns recortes ou distinções são importantes como aqueles relacionados a classe, raça, gênero, nacionalidade e idade.

Em primeiro lugar um migrante é tanto um emigrante quanto um imigrante, sendo uma pessoa que vive ao mesmo tempo processos de ausentar-se de um lugar com o qual manterá vínculos concretos ou imaginários no outro país e processos de chegar e inserir-se num novo lugar, num outro país, que de direito não o reconhece e recebe como legítimo habitante. Vivendo esta realidade ambivalente fundamenta o uso do termo migrante para referendar a totalidade e complexidade da emigração e imigração incorporada por pessoas concretas.

Em segundo lugar é necessário distinguir a vivência da migração pela classe média daquela de classes populares, considerar a diferença para homens e mulheres, para europeus ou brasileiros, para crianças ou adultos, para negros ou brancos e reconhecer a importância das condições específicas no local de origem e no lugar de destino.

Em terceiro lugar, a migração se configura e assume formas diferentes em épocas e lugares diferentes, com grupos particulares de migrantes e relações diferenciadas.

Pellegrino (2004) afirma no estudo da Organização Mundial de Migrações, por exemplo, que na migração nos anos 1990 mais da metade de migrantes da América Latina eram mulheres. Estudos do Pizarro (2003, 2008) sobre migração feminina na América Latina e o Caribe reforçam esta constatação.

Entre las regiones de menor desarrollo, América Latina registra la mayor proporción de mujeres entre las personas migrantes internacionales [...] Esta feminización cuantitativa en la escala intrarregional es un rasgo característico de la migración en los últimos decenios (PIZARRO, 2003, p. 19)

A crescente presença feminina é confirmada também por estudos de caso sobre migração da América Latina e especificamente do Brasil para países na Europa e na América do Norte, como para a Suíça (PIZARRO, 2006), Canadá (PIZARRO, 2003), Espanha (RIPOLL, 2008), Portugal (MACHADO, 2007) e Itália (PELLEGRINO, 2004)

Nesses fluxos migratórios de mulheres observa-se uma mudança no perfil dos migrantes:

[...] worsened and more precarious conditions of Brazilian immigrants' insertion into the Portuguese labor market in the recent period, revealing the significant changes in their profile: poorer, with less education, less professional status and therefore fewer opportunities to achieve their dream of social ascent through their incorporation into the labor market of a European country (BOGUS, apud PELLEGRINO, 2004, p. 36)

[...] what has really changed in the last decades is the fact that more women are migrating independently in search of jobs, rather than as 'family dependants' traveling with their husbands or joining them abroad (INSTRAW, 2007, p. 2).

Este fluxo de mulheres migrantes se insere num “enorme movimento de pessoas das periferias para o centro, num dos períodos mais longos e sustentados de migração ‘não planejada’ da história recente” (HALL, 2000, p. 81), impulsionados por inúmeros fatores, entre eles de fazer parte do mundo globalizado, pois:

As pessoas mais pobres do globo, em grande maioria, acabam por acreditar na ‘mensagem’ do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os ‘bens’ e onde as chances de sobrevivência são maiores (HALL, 2000, p. 81).

Não há dúvida que houve uma globalização dos mercados simbólicos e uma intensificação das migrações multidirecionais. Esta globalização faz que as pessoas recebam, no mundo todo, as mesmas mensagens simbólicas (ou adaptadas para uma melhor recepção), levando a uma noção de pertencimento global simbólico, não mais territorial, ainda menos material. Este processo retirou barreiras simbólicas de sair de um lugar ou entrar num outro, mesmo que as físicas possam ter aumentado. Combinado com os avanços tecnológicos de comunicação e de transporte, o agravamento das desigualdades econômicas e políticas, a migração internacional explodiu.

Segundo Canclini, mexicano, cientista de estudos culturais, nestes processos de

[...]des- e reterritorialização não desaparecem as perguntas pela identidade e pelo nacional, pela defesa da soberania, pela desigual apropriação do saber e da arte. Não se apagam os conflitos. Os cruzamentos intensos e a instabilidade das tradições, bases da abertura valorativa, podem ser também fonte de preconceitos e confrontos. A desterritorialização se constrói também em conexão com as práticas sociais e econômicas, nas disputas pelo poder local, na competição para aproveitar as alianças com poderes externos (CANCLINI, 1997, p. 326).

Enfrentamos ásperas frustrações: a maioria dos migrantes são desvalorizados nas sociedades que escolheram com admiração (CANCLINI, 2007, p. 29).

A migração feminina nas últimas décadas do Brasil se enquadra nestes processos, mas tem recebido uma abordagem na qual este movimento

geralmente é interpretado ou vinculado como alguma forma de tráfico de mulheres, como já se viu.

O tráfico de mulheres é uma violação de direitos que se refere às condições exploradoras, com características de trabalho escravo, servidão ou análogo à escravidão, às quais migrantes recrutados são expostos. Sem dúvida o enfrentamento a essa violação é importante. Este se tornou (ou se configurou desde o início), porém, um discurso dominante que condena todas as formas de migração de mulheres à uma leitura dentro da lógica de tráfico de pessoas e nega a condição de sujeitos de mulheres migrantes, transformando-as em vítimas. Este foco no tráfico de mulheres também se centrou na prostituição como atividade que, por excelência, seria o espaço de destino e exploração das mulheres migrantes, transformando todas as migrantes em prostitutas e todas as prostitutas em vítimas de tráfico de mulheres. Trata-se de um discurso ideológico, como argumentou o grupo DAVIDA (2005) quando usa o termo pânico morais, que junta a repressão à liberdade feminina (de ir e vir, de atuar no mercado, de deixar sua família e cuidados dos filhos com outros, de trabalhar na prostituição) com a repressão a migrantes oriundos dos chamados países de terceiro mundo na Europa e nos Estados Unidos.

As mulheres que migraram das periferias de Belém viveram em precárias condições sociais e sofreram várias violações de seus direitos, algo que também pode ser dito das realidades que encontraram nos lugares de destino. Mas sua identidade não pode ser reduzida ou definida como a de vítima e nem todas as formas e variedades de viver e migrar serem reduzidas a tráfico de mulheres, o que é, de alguma forma, mais uma violência vinculada a seus processos de migração e produção de identidades.

Sua realidade é quase invisível e, portanto, pode facilmente ser negligenciada ou transformada em discursos políticos sobre mulheres e migração. A invisibilidade se deve em primeiro lugar ao fato das mulheres saírem – de suas casas, de suas comunidades – e que, diante da condição de vida que levam, só as famílias sentem essa falta. Em segundo lugar, porque, por tratar de saída, não é possível falar ou sentir a presença incomoda, da nova pessoa, do diferente, do estranho. Além de mais, são mulheres que já viveram processos de invisibilidade nas periferias das grandes cidades.

Precisa-se entrar nas periferias, encontrar com as famílias das mulheres que migraram e as próprias mulheres que voltaram, que vieram visitar sua família ou se comunicaram de longe com ela. Um estudo, portanto, sobre a cidade e sobre migração, sobre mulheres e suas famílias, sobre exploração e sobre pertencer, ser e sonhar.

As famílias (das mulheres migrantes) que migraram nos anos 80 e 90 do campo e de cidades menores para as periferias das metrópoles, como Belém, encontraram relações e condições de trabalho e moradia precárias, além de relações sociais conflituosas e a necessidade de produção de identidades urbanas sem ter referências para tal.

Ao mesmo tempo o mercado de trabalho mundial desenvolveu uma lógica globalizada com cada vez menos direitos para os trabalhadores e mais flexibilidade e precariedade em termos de relações de trabalho. Para este mercado cresceu a demanda por trabalhadores flexíveis e com pouca possibilidade de organização e reivindicação, o que pode explicar, por alguma parte, o avanço de políticas que reprimem direitos de migrantes, sem diminuir os fluxos de migrantes, criando as condições para este tipo de mercado funcionar.

Observaram-se fluxos de migrantes das periferias de Belém para países onde há demanda e necessidade por mulheres trabalhadoras em certos ramos do mercado (prostituição, garimpos, limpeza, trabalho doméstico), conforme explicam teorias macro-econômicas que tratam da migração.

A migração internacional destas mulheres também se relaciona com as transformações culturais e de identidades no mundo globalizado, no qual estar conectado e se relacionar com outras culturas (inclusive via migrações) se tornou parte de vidas (pos-)modernas, inclusive para moradores das periferias urbanas.

Esta vivência globalizada se traduziu em possibilidades imaginadas de trabalho e de relacionamentos afetivos e amorosos transnacionais, tanto por parte das mulheres migrantes quanto por parte dos homens e mulheres européias, inserindo o componente de relacionamentos e matrimônios interculturais no contexto migratório.

Em relação aos fluxos de migrantes para Europa observou-se a alta incidência de mulheres da América Latina e o número expressivo de

casamentos delas com homens europeus, vinculada a construção da imagem da mulher latina como desejável e sensual. Outra tendência observada é de homens africanos que se casam com mulheres européias, pautada na erotização do homem africano. Em ambas as situações o pano de fundo da imagem que sustenta o fluxo migratório tem suas bases nas histórias coloniais e a construção de identidades de dominantes e de dominados que permeiam esta herança, onde a raça como diferencial para a estruturação das relações se refere à denominação de um “outro” (ou “outra”) a partir de sua “não-branquitude” ou nacionalidade não-europeia.

As mulheres brasileiras estudadas migraram como solteiras, viúvas ou separadas, saindo às vezes de relacionamentos não satisfatórios, traumáticos ou frustrantes, buscando fugir de destinos desenhados para mulheres pobres na periferia, os quais viam materializados na vida de suas mães, somando com as poucas oportunidades de trabalho que as deixaram sem perspectivas de poder investir em seus sonhos, como casa própria, estudo, viajar etc.

O casamento com um estrangeiro ou o amigamento com brasileiros fez parte da expectativa, estratégias e possibilidades que elas vislumbraram e encontraram no exterior.

A porta de entrada para mulheres migrantes da periferia de Belém se apresentou através de três modalidades:

1. Através de casamento com um homem do país de origem antes de migrar, com quem teve contato via internet, um encontro em Belém ou durante uma visita a Europa;
2. Através de trabalho na prostituição articulado pela pessoa que facilitou a saída do Brasil e entrada no outro país;
3. Através de familiares (geralmente mulheres) que migraram e já conseguiram se estabelecer no país de destino

A prostituição foi uma importante porta de entrada para as mulheres migrantes pioneiras. Com o passar do tempo, a estabilização de mulheres migrantes pioneiras, em geral através de casamento, eliminou tanto a pessoa de facilitadora, quanto a necessidade de iniciar a migração através da prostituição para outras mulheres da família. Casas (2008, p. 226) observou esta dinâmica estudando especificamente a prostituição de migrantes na Espanha:

Los datos del trabajo de campo revelan que en los inicios de inmigración latinoamericana hubo mayor presencia de tráfico organizado de mujeres, de redes más estructuradas e incluso de situaciones de engaño. No obstante, con el paso de los años y con la instalación de muchas mujeres en España, fueron las propias redes migratorias las que alimentaron los flujos de entrada.

O tráfico de mulheres, foco de muitos programas e debates, parece perder, na prática, sua importância e dominação na migração de mulheres das periferias de Belém depois da territorialização de mulheres migrantes pioneiras na Europa e no Suriname e a formação de redes de apoio a familiares que as seguiram. O tráfico das mulheres nesta pesquisa também não tem conseguido encarcerar e dominar por muito tempo as mulheres que captou nas suas redes. Isto não significa que o tráfico de mulheres não faz mais parte do mundo migratório feminino em Belém, pois sempre há procura de mulheres por oportunidades de migrar que não têm uma rede familiar e segura estabelecida e há mercados nos quais parece haver “necessidade” e alta lucratividade com a inserção de mulheres traficadas. Ainda mais, algumas mulheres migrantes territorializadas podem se inserir na dinâmica do tráfico de pessoas como agenciadora e pessoa de referência no exterior.

A ampliação das redes familiares transnacionais mudou a correlação de forças no contexto migratório estudado em favor de mais autonomia para as mulheres que hoje procuram migrar. O avanço das políticas restritivas a migração, principalmente na Europa, pode, porém, dificultar o funcionamento das redes familiares, impedir unificação familiar e até a entrada nos países europeus (mesmo como turista) e assim mudar este cenário novamente a favor do tráfico de pessoas como forma mais viável para migração de mulheres das periferias.

Quase todas as mulheres migrantes nesta pesquisa que foram para Europa se casaram com um europeu, o que apresenta a necessidade de aprofundar este processo de relacionamentos nas migrações contemporâneas, principalmente quando se observa que nenhuma das mulheres que migrou para o Suriname se casou com um surinamês, mas que elas se relacionaram

geralmente com brasileiros migrantes naquele país e poucas vezes com um Surinamês, nunca oficializando estas relações.

As políticas migratórias pesaram na forma como a migração se organizou. Na Europa a necessidade de legalizar a permanência para poder trabalhar, ganhar dinheiro, andar na rua e acessar serviços, tornou-se cada vez mais importante e as formas de conseguir a legalização ficaram cada vez mais restritas. O casamento é uma das poucas formas para mulheres migrantes de classes populares. No Suriname há várias formas de permanecer com vistos temporários de trabalho, além de não haver uma política de perseguição e deportação de brasileiros naquele país. Ou seja, o casamento não se apresentou como necessidade para o projeto migratório. Porém, sem o casamento a possibilidade de acumulação de bens e acesso a direitos ficaram muito mais limitados nas migrações para o Suriname do que aquelas com destino Europa.

A migração pioneira configurou-se como uma realidade muito diferente daquela que as pessoas que migraram em seguida encontraram. Na migração pioneira a família, geralmente, não foi diretamente envolvida na organização e decisão de migrar, pois as mulheres recorreram a outras pessoas nas suas comunidades com quem tiveram pouco contato ou envolvimento até aquele momento. Através destas pessoas elas se arriscaram num projeto migratório no qual a exploração de sua mão de obra, muitas vezes na prostituição, se constituía como elemento fundamental.

Os familiares seguidores já contaram com a referência da mulher migrante pioneira com certa estabilidade e com informações mais concretas e vivenciais para funcionar como porta de entrada. Esta estabilidade se construiu através de casamentos e de laços com outros brasileiros no país de destino. Neste caso, a família era muito mais envolvida e a migração se tornou realmente um projeto familiar.

No segundo fluxo migratório nas famílias para Europa a possibilidade ou expectativa de casamento com um europeu também foram inseridas no projeto migratório da família a exemplo do sucesso da mulher migrante pioneira. No Suriname o segundo fluxo de migrantes das famílias não passou, geralmente,

pela prostituição, mas inseria-se logo no mercado de trabalho no garimpo, fazendo parte imediatamente da comunidade garimpeira.

A família toda era afetada pela migração, além das mulheres pioneiras e de suas irmãs, sobrinhas ou primas que migraram. Entender este processo só é possível abordando a família como uma rede de relacionamentos transnacionais, uma vez que todas as famílias pesquisadas continuaram se relacionar a distância e se reorganizar permanentemente na sua forma de viver, tomar decisões e se estruturar.

Os filhos das mulheres que migraram eram muitas vezes mencionadas como motivos de decisões no processo migratório, mas sua condição de sujeitos ficou pouco clara a partir das entrevistas com as migrantes, suas mães, irmãs, primas e tias. Somente dois filhos de migrantes foram entrevistados e através deles se percebeu como eles tentaram dar lugar à história de migração da sua mãe na sua vida, justificando-a e organizando sua vida com a ausência dela, a possibilidade de migração e a vida transnacional.

A segunda geração desta modalidade específica de migração estudada juntou, no momento da pesquisa, 76 filhos, vivia uma realidade migratória transnacional posta pela migração de suas mães e que a posiciona num campo de possibilidades e impedimentos específicos o qual ela precisa significar e enfrentar. Talvez através de acompanhamento da atuação e posicionamento dos filhos que se possa captar o impacto da mudança social da migração das suas mães, ou seja, como é viver num mundo globalizado dentro de uma realidade transnacional que se apresentou como ponto de partida da produção de suas identidades e não como mera perspectiva?

Viver na Europa ou no Suriname nem se tornou fetiche nem opção definitiva para todas as mulheres e muitas vezes somente uma situação transitória, na prática ou no discurso e imaginação. O Brasil e sua família ganharam para elas uma importância saudosa e começaram a se configurar como discursos e memórias que justificaram sua presença no país para onde migraram e todos seus atos e sofrimento naqueles países. A idealização se tornou um projeto de seu “retorno”, que nem sempre estava presente no ato de emigrar. Este retorno é, em alguns casos, concretizado, como solteira ou casada, com ou sem marido que às vezes continua trabalhando na Europa.

A teoria sobre migração e as observações do sociólogo algeriano Sayad (1998; 2000) contribuíram muito para abordar e entender a migração feminina, a partir de um olhar referente à emigração e imigração como dois processos paradoxalmente entrelaçados. A discussão de Sayad sobre a condição de imigrante e emigrante e sua relação com os dois espaços (origem e destino) pode ser enriquecida com o debate sobre des-re-territorialização, multiterritorialidade e identidade, da área de geografia crítica do Haesbaert (2004; 2005) e estudos culturais com referências como Hall (1993; 2000; 2009) e Canclini (1997; 2007). A importância de Sayad para estudar migração leva a um “debate” com este autor sobre a migração específica de mulheres de periferias de Belém na contemporaneidade.

A importância da organização política internacional que divide o mundo em nações (“soberanas”), com conseqüentes implicações para as identidades e direitos de nacionais e não-nacionais, de nativos e estrangeiros, é, por exemplo, uma ferramenta importante que Sayad e Hall oferecem para se aproximar da realidade da migração e os problemas que vivem os migrantes. A globalização - e a migração internacional como elemento deste processo - tem renovado o debate sobre a soberania das nações. Apesar da circulação de capital, bens e pessoas e o deslocamento dos centros de decisão e poder pareciam ter anunciado o fim dos estados nações, os Estados Nações continuam com muito poder, são reguladores de mercados de trabalho e financeiros, territórios de moradia e participação/resistências e produtores de cidadania que só existe dentro da lógica do Estado Nação (SANTOS, 2000, p. 113).

Uma vez que Sayad pautou seus estudos numa realidade particular, da migração algeriana para França, com muitas especificidades históricas, culturais e políticas, algumas questões que a migração internacional contemporânea de mulheres do Brasil apresentou não podiam ser facilmente entendidas somente através de suas matrizes e a identificação destas fricções teóricas pode ajudar a pensar o significado destas diferenças.

Em primeiro lugar, a migração feminina está menos restrita à identidade de trabalhadora do que dos homens algerianos nos quais Sayad baseia suas afirmações. A migração de mulheres envolve um componente de relações afetivas interculturais ou transnacionais importante.

Em segundo lugar, as mulheres brasileiras de classes pobres não migraram especificamente entre o país de origem para o país que o colonizou, mas migraram para destinos onde redes de trabalho, de conhecidos e de familiares possibilitaram uma primeira chegada, baseada em informações e contatos inseguros e pouco claros.

Em terceiro lugar, a migração feminina contemporânea das periferias de Belém assumiu uma dinâmica transnacional muito mais expressiva do que Sayad conseguiu observar nos seus estudos, com o avanço da tecnologia de comunicação, mas também através de novas vivências experimentadas por mulheres que transitaram entre o país de origem e de destino, não como o passado e o futuro, nem como visitas familiares, mas se apropriando de seu espaço de origem como origem e destino, e o país de destino como espaço de passagem permanente.

Em quarto lugar, observou-se a importância da migração internacional entre o Brasil e o Suriname, que em nada se configura como uma migração do sul para o norte, de países ex-colônias para os países ex-colonizadores, analisada por Sayad. É uma migração que não pode ser compreendida a partir das mesmas premissas, pois é uma migração entre um país ex-colônia e atualmente uma potência econômica (Brasil) e um país ex-colônia pobre e economicamente e politicamente marginal, com uma diversidade étnica e racial, em princípio, não dominada pela 'branquitude' e 'etnocentrismo' (Suriname). É uma migração entre países do sul com fortes movimentos circulares, mas, no caso da migração das mulheres de Belém para o Suriname, com menos características de transnacionalidade e em termos de quantidade e movimentação em comparação com a migração para Europa. Outras abordagens teóricas parecem necessárias para a compreensão da sua dinâmica, complexidade e impactos no âmbito de identidades e no contexto geopolítico. O que implica e significa, por exemplo, a diferença de densidade e quantidade populacional em relação à migração internacional? Como estados com governos frágeis respondem ao "problema migratório"? Qual é o significado de territorialização em países onde o destino são principalmente áreas de fronteira, selva e mata? Qual é a dinâmica migratória entre as nações do hemisfério sul?

Para abordar alguns aspectos que acompanharam a migração feminina estudada, as teorias de transnacionalidade e de famílias transnacionais, por exemplo, mostraram-se importantes por buscarem compreender o processo circular, simultâneo e contraditório da migração internacional que envolve familiares, vivências e estadias transitórias em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo, como muitas mulheres migrantes nesta dissertação vivenciaram.

A transnacionalidade abala a organização e afirmação dos Estados Nações, como a migração estudada por Sayad já apontou. A legitimidade do Estado e a única cidadania reconhecida somente para nacionais perdem hegemonia e força frente à realidade transnacional. Como é possível ter cidadania em vários países, sendo originário de uma nação só? O que os casamentos transnacionais e as famílias envolvidas trazem para a disputa de poder que se baseia na diferença entre nacional e não-nacional?

A mesmo tempo que a transnacionalidade vivenciada pelas famílias e mulheres migrantes questiona a cidadania baseada na nacionalidade, ela apresenta o risco de nenhuma cidadania.

A migração feminina estudada questiona também um dos outros pilares ideológicos da visão hegemônica sobre migração, identificada por Sayad, que define que o migrante só tem existência e razão de ser enquanto trabalhador. As mulheres, apesar de muitas se inserirem no mercado de trabalho, afirmam com suas formas de territorialização que elas não estão no país onde imigraram em primeiro lugar como trabalhadoras, mas como pessoas em busca de cidadania e de vivência de outras realidades, não vestindo somente a etiqueta de migrante trabalhador.

Todas as mulheres migrantes passaram por momentos significativos que contribuíram na produção de suas identidades: a vida antes de migrar; a decisão e efetiva saída; a imigração (chegada no outro país); a permanência no outro país; a vivência transnacional; o eventual retorno. Nesta “viagem” muitos fatores influenciam na produção individual de identidade de cada mulher migrante.

Antes de seu projeto migratório, na periferia de Belém, a mulher que migrará pode ser caracterizada como pobre, mãe (solteira), nascida na periferia, ex-esposa, trabalhadora temporária em serviços precários e filha e irmã de família numerosa, oriunda do interior do estado do Pará.

Sobre elas recaíram expectativas e normas referente ao papel de mulher que ela deveria assumir, tanto a partir da cultura interiorana trazida com a família quanto a partir das normas machistas que dominam a vida na periferia. São papéis que se referem a cuidados com filhos, assumir o lugar de uma dona de lar, esposa e trabalhadora no âmbito doméstico.

São estes mesmos papéis aos quais as mulheres se referem como sua responsabilidade quando justificaram sua migração, numa tentativa ambígua de assumir papéis impostas e de quebrar com as mesmas ao mesmo tempo.

Quando a mulher decidiu para migrar e saiu da realidade periférica para “o mundo” ela muda de uma mulher membro de uma rede familiar, afetiva e comunitária numa periferia de Belém numa mulher pobre, brasileira, migrante e sozinha num contexto migratório, que a desafia (ou força) de se tornar uma “brasileira”, “imigrante”, e “prostituta”. Estes novos processos de estigmatização se mostraram presentes na vida de todas as mulheres migrantes: a brasileira é considerada sensual, mulata, sambista, carinhosa etc. A imigrante é uma invasora, sem os mesmos direitos de uma pessoa nativa, concorrente no mercado do trabalho e de matrimônio, sempre com a necessidade de justificar sua presença e se esconder quando exigida. O rótulo de prostituta confunde, por interesses diversos, o exercício de uma atividade, em algum momento e sob certas condições, com um elemento constitutivo e essencial de uma identidade; uma divisão das mulheres em “prostitutas imigrantes” versus “mulheres honestas nacionais”, e “prostitutas emigrantes” versus “mulheres honestas que ficaram nas suas famílias”.

No momento que se estabelecem na Europa novas relações afetivas e amorosas transnacionais, isto muda sua realidade de uma mulher brasileira solteira, numa situação migratória irregular, para uma de mulher brasileira casada com europeu e, portanto, regularizando sua permanência no país para onde migrou tem um impacto grande na identidade. Legalmente ela assume duas novas posições, a de mulher casada e a de migrante legalizada com residência certa.

A nova posição de mulher casada com europeu possibilita uma revisão da imagem e rótulos da mulher migrante na sua família, comunidade de origem e no país de destino. Sendo mulher casada, ter “sucesso” no exterior e ter uma

certa estabilidade, significa ser uma “mulher vencedora”. Ao mesmo tempo, para quem não consegue este feito o preconceito e marginalização são reforçados. Começam-se a territorializar em vários lugares ao mesmo tempo, tanto em termos físicos (residências, investimentos) e legais, quanto em termos sociais (fazendo parte de duas redes familiares diferentes). As perguntas “onde ela pertence de fato, onde ela quer estar, o que é ser brasileira e ser europeia e como viver os diversos lugares ao mesmo tempo ou de forma alterada”, começam a fazer parte da produção de identidade, mais do que na fase anterior, quando a preocupação se focava na possibilidade de poder fazer parte de um novo espaço.

Algumas mulheres migrantes retornaram à periferia, investindo em pequenos negócios, assumindo o papel de micro-empresário, produtora ativa do espaço e ocupando uma posição de destaque na hierarquia social. Elas saíram sem nada, tinham negado a sua existência como sujeito, foram discriminadas pela escolha pela migração e voltam a produzir e transformar o espaço deixado. Outras mulheres retornaram sem o “sucesso financeiro” ou “conjugal”, o que as deixou numa condição de dupla desterritorialidade. Trouxeram na sua bagagem somente uma experiência que não é valorizada como capital, uma vez que carrega a imagem da mulher degenerada e derrotada, muitas vezes rotulada de “puta”. O lugar que deixaram não existe mais como tal e sua volta pede uma nova organização do espaço e das relações para poder “inserir-las” de alguma moda, algo que nem toda família está disposta a fazer.

Aquelas mulheres que não voltaram (ainda), nesta pesquisa todas casadas com algum europeu, garantindo sua territorialização através do matrimônio, procuraram às vezes levar familiares para sair da periferia ou mandaram dinheiro para comprar casa e computador para ela. Esta última se torna um instrumento permanente de contato entre a periferia de Belém e as casas na Europa.

O quanto a migração tem contribuído para a territorialização das mulheres migrantes e suas famílias é difícil de medir. Quase todas saíram de uma situação de territorialização precária ou uma desterritorialização em andamento, no campo de moradia e trabalho, na participação política e domínio sobre a produção de seu espaço. Como no Brasil a plena cidadania não era

garantida em nível nacional e nem nas unidades menores (estados, municípios), onde deveriam estar localizados os “territórios de direitos”, apresentaram-se três opções para as mulheres: de permanecer e lutar pelos direitos (o que pressupõe uma cultura de organização e mobilização que cada vez menos se evidencia nas periferias); ficar e viver a sub-cidadania ou sair em busca de inclusão numa cidadania mais ampla. Esta saída, segundo Haesbaert (2004), não é, portanto, um processo de desterritorialização, mas um processo (incerto) de nova territorialização.

As opções de entrada num projeto migratório e de conseguir um status legal como migrante continuaram individualizar o processo de territorialização que se tornou no país de imigração uma territorialização dependente (pela necessidade de casamento), oferecendo instrumentos para investir na territorialização no lugar de origem, novamente como projeto individual. Quando esta territorialização no país de imigração não tem ocorrido, como muitas vezes se evidenciou na migração para o Suriname e em alguns casos na Europa (quando envolveram até a deportação), no lugar de origem elas se encontraram ainda mais desterritorializadas do que antes da migração.

Várias mulheres migrantes compraram casa(s) para preparar seu retorno ou garantir moradia própria para seus familiares. Há casos onde esta casa é construída no bairro donde saiu, construindo marcas simbólicas no lugar onde estava desterritorializado. *“Freqüentemente a casa construída no país de origem não tem outra função que esta: recordar a presença desaparecida e negar este desaparecimento”* (SAYAD, 2000, p. 18). Outros constroem e compram justamente fora do bairro de origem numa clara referência a ascensão social. O olhar das migrantes e de suas famílias não se voltou para a possibilidade de melhorar o bairro, ampliar as lutas, territorializar no espaço periférico, mas para as possibilidade de participar do território-rede, poder fazer parte do mundo em movimento:

É importante lembrar [...] que o simples fato de o pobre ‘desterritorializado’ ter a opção de mobilidade, ou, em outras palavras, de migrar, pode lhe garantir uma espécie de “capital espacial” frente àquele que permanece lá onde foi desterritorializado, tamanho o valor dado pela sociedade contemporânea ao movimento, à fluidez, à idéia ou perspectiva de

mudança e, mais do que isto, à possibilidade de acessar e/ou de acionar/recriar diferentes territórios (HAESBAERT, 2004, p. 251).

As remessas e investimentos das mulheres que estão em outros países ou voltaram de lá para o Brasil mudaram, a conta gotas, a paisagem da periferia, com novas casas construídas, pequenos prédios com apartamentos (kit-nets) para alugar e lojas e bares. Não se trata de uma revolução em termos de moradia, nem em quantidade nem em qualidade – ou seja, são poucas casas e não se identifica nenhuma influência direta na arquitetura ou forma de construção. Os investimentos significaram, porém, uma mudança na qualidade de vida dos familiares e nas perspectivas de trabalho, o que se reflete nos sonhos de outros moradores, principalmente nas mulheres que observaram o exemplo de sucesso de algumas mulheres na sua vizinhança como possibilidade de mudança. Isto explica também porque as mulheres procuram conhecidas ou vizinhas para iniciar seu projeto migratório, encantadas com o exemplo de ganhos e identificando uma pessoa que conhece o caminho. As migrantes de sucesso se tornaram um elo entre as redes familiares e locais das mulheres em busca de oportunidades e outras redes, as migratórias.

A casa simboliza o sucesso, expressa o desejo de territorialização, de materializar o seu lugar e justifica de melhor forma a decisão de emigrar. A impossibilidade de conseguir uma moradia própria através das oportunidades locais de trabalho ou de acesso a crédito direciona as mulheres na periferia de Belém para o caminho que trouxe concretamente já sucesso para algumas.

Outras mudanças se manifestaram com a presença de europeus, a ausência de filhas, mães e irmãs e o novo olhar sobre o bairro onde elas vivem ou viveram.

A “individualização” dos projetos migratórios tem impedido uma consciência de classe e de consciência coletiva por parte das mulheres migrantes e suas famílias. As políticas restritivas a migração, a exploração no mercado de trabalho para migrantes, a via de legalização através de casamentos e a rotulação de mulheres migrantes como prostitutas têm estruturado a migração feminina de periferias urbanas brasileiras como uma “opção e estratégia individual ou familiar”, que não ameaça o *status quo* que

estrutura a periferação da vida nas cidades, pois não levou à organização política das famílias de migrantes e nem a transformações significativas na produção do espaço. Ao mesmo tempo este processo tem facilitado o controle sobre as mulheres migrantes e as possibilidades de exploração no mercado de trabalho nos países de origem.

Individualmente, porém, as mulheres migrantes e suas famílias têm encontrado formas de resignificar sua identidade como mulher (brasileira da periferia), sua migração e sua relação com os espaços de vivência (transnacional), o que as levou a se tornar sujeitos com uma consciência socioeconômica maior e mais preparados para se movimentar no espaço globalizado. As migrações de mais membros de uma família depois da experiência pioneira das primeiras mulheres que migraram e principalmente as novas trajetórias dos filhos das famílias transnacionais vão poder aprofundar e ampliar os questionamentos, paradoxos e provocações que a migração pioneira mães tem pautado nos espaços por elas conectados.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 2-37.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997, 416 p.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2007,

CASAS, L. O. Mujeres latinoamericanas en España y trabajo sexual. In. HERRERA, G. RAMIREZ, J. **América Latina migrante: estado, famílias, identidades**. Quito, Ecuador: Flasco, 2008, p. 223-243.

DAVIDA. Prostitutas, “traficadas e pãnicos morais uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o tráfico de seres humanos. Campinas: **Cadernos Pagu**, v. 25, p.153-184, jul./dez.2005.

EMMI, M. F. **Italianos na Amazônia: Pioneirismo econômico e identidade**. Belém: NAEA, 2008, 285p.

FUSCO, P. Redes familiares na emigração valadarensense para os Estados Unidos. **Travessia, Revista do Migrante**, ano 14, n. 40, p. 11-16, maio/ago., 2001.

FUSCO, W. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**, Brasil 2000. Brasília/DF: CNPD, 2001, p. 427-445.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à “multiterritorialidade”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a, 400p.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004b. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010, 20p.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade: In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6774 a 6792.

HALL, S. **Cultural Identity and Diaspora**. p. 222-237, 1993, Mimeo.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, 102 p.

_____. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: _____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009a, p. 25-49.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009b, p. 103-133.

HAZEU, M. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém**: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em planejamento do desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2011.

LEAL, M.; LEAL, F. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil**. Brasília/DF: Cecria, 2002. 280p.

LEVITT, P. Los desafíos de la vida familiar transnacional. In: GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGADOR@S MIGRANTES. **Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes rompiendo estereotipos**. Madrid: Lepala Editorial, 2010, p. 17-33.

MACHADO, I. R. Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevas** (revista), 2007. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index5889.html>>. Acesso em: 10 jun.2010, 10 p.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS Working Papers, n.11, 2004, 36 p.

PELLEGRINO, A. **Migration from Latin America to Europe: Trends and Policy Challenges**. IOM, 2004, 76p. (Migration research series, n 16).

PISCITELLI, A. Industria del sexo y mercado matrimonial: La migración brasileña hacia Italia en el marco del 'turismo sexual' internacional. In: HERRERA, G.; RAMIREZ, J. (Org.). In: **América Latina migrante: Estado, familias, identidades**. Ecuador, Flasco, 2008, p. 179-201.

PIZARRO, J. M. **América Latina y el Caribe migración internacional, derechos humanos y desarrollo: síntese y conclusiones**. Santiago de Chile: CEPAL, 2008. 24 p.

_____. **El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género**; Santiago (Chile): CEPAL, 2003. (Serie población y desarrollo, 95 p.)

_____. La migración femenina y la migración calificada. In: _____ **América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo**, 2006. p. 257-302.

RIPOLL, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 151-165, jan./jun. 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia: Revista do migrante**. São Paulo, ano 13, 2000. (número especial jan. 2000, 34 p.)

SEYFERTH, G. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, M.G. **Migrações internacionais: contribuindo para políticas**. Brasília: CNPD, 2001, p. 137-150.

SIQUEIRA, S. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: Sonhos e frustrações no retorno**. 2006. 191 f. Tese

(Doutorado em Ciências Humanas) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

_____. Emigrantes da microrregião de governador valadares nos EUA: projeto de retorno e investimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Desafios e oportunidades do crescimento zero. **Anais...** Caixambu, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_353.pdf>. Acesso em: 20 out. de 2010.

SOARES, W. **A metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2003. 344 f. Tese (Doutorado em Demografia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

_____. Ser Valadarense: a conquista de nova posição social no espaço social e a '(re)territorialização' na origem. **Travessia, revista do migrante**, ano. 8, n. 21, jan./abr., p. 23-27, 1995.